

Mais um rombo para a União cobrir

Dívidas estaduais no valor de R\$ 900 milhões serão transferidas dos bancos privados para a CEF, com aval do Tesouro Nacional

Em vez de pagar juros de 4% ao mês, com a obrigação de quitar a dívida em dezembro, os estados vão reduzir os juros pela metade e alongar o prazo para até 30 meses. Esse refinanciamento será possível porque o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a Caixa Econômica Federal a comprar, com o aval do Tesouro Nacional, as dívidas que os estados têm com os bancos privados.

Concluída cada transferência de dívida, o estado em questão passará a dever à Caixa — não mais ao ban-

co privado. Caso o estado não honre a dívida com a CEF, o Tesouro cobrirá o rombo. Para não ficar no prejuízo, o Tesouro cortará ou diminuirá o valor do repasse que faz mensalmente ao estado devedor, referente à repartição do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

As normas que permitem a transferência dessa dívida para a Caixa foram baixadas por meio da resolução do CMN nº 2.300, divulgada ontem pelo Banco Central. Segundo o chefe do Departamento da Dívida

Pública do BC, Jairo da Cruz Ferreira, o aval do Tesouro será fundamental para que os estados possam aliviar os desembolsos mensais destinados a honrar as Antecipações de Receitas Orçamentárias (ARO) — o nome oficial dos empréstimos bancários tomados pelos estados.

“Já havíamos permitido que a Caixa assumisse os empréstimos, mas os bancos privados não aceitaram continuar com o risco financeiro da operação”, explicou Ferreira. “Agora o risco é da União, que se resguardará por meio do poder para cortar verbas.”

ENDIVIDAMENTO

Conforme garantiu o funcionário do BC, a transferência das operações de ARO para a Caixa não vai abrir espaço para os estados au-

mentarem seu endividamento. O valor global que os estados podem tomar emprestado ao sistema bancário continuará regulado pela resolução 2.008, de julho de 1993. Ou seja, quando um banco privado receber da Caixa o dinheiro que tinha emprestado a um estado não poderá emprestar esse dinheiro novamente.

Como irá assumir dívidas, a Caixa elevará temporariamente o valor que pode, individualmente, emprestar aos estados. Mas o valor global emprestado pelo sistema bancário aos estados continuará limitado ao que era em 31 de dezembro de 1989, acrescido de correção monetária.

Ferreira disse que os estados merecem essa ajuda do governo federal, pois estão fazendo um grande esforço para cortar despesas admi-

nistrativas, inclusive aquelas com o pagamento de pessoal. O estado que deixar de fazer esse esforço não terá aprovada a operação de transferência de ARO.

A venda do crédito depende, em princípio, das três partes envolvidas no negócio — banco privado, caixa e estado. Mas, se houver resistência do banqueiro privado, o estado poderá liquidar sua dívida e tomar um empréstimo de longo prazo junto à Caixa.

Uma fonte do BC consultada ontem disse que a liberação do dinheiro hoje devido pelos estados aos bancos privados não deverá aumentar o volume de dinheiro à disposição do sistema financeiro. É que os recursos recebidos da Caixa deverão acabar sendo aplicados em títulos públicos.